

## PARA UMA CLÍNICA DO PREÇO

Ricardo Goldenberg

Com juros de 400% ao ano, não há libido que agüente,  
Hélio Pellegrino

Faz um certo tempo foi honrado Machado de Assis com seu retrato na nota de maior valor que circula no Brasil no momento. O Barão de Rio Branco, entretanto, está prestes a sair de circulação rumo ao esquecimento<sup>1</sup>. Coisas da inflação! Breve, todos os pro-homens da pátria terão realizado o circuito da série que os leva, como o professor queria, à merda —após terem passado pelos pênis, os bebês e os presentes (não necessariamente nesta ordem).

Pouco mudou no tratamento acordado pelos psicanalistas ao dinheiro desde que Freud o pusera na série fálica. Os honorários permanecem como o enclave intocado do antigo regime da psicanálise, de resto, alterado no tempo e no espaço. Por alguma razão, o dinheiro fora poupado. Sua função, na clínica psicanalítica, continua um mistério vagamente cercado pelas noções de dívida simbólica e de mercado.

A inflação, em particular, não tem merecido dos analistas, pelo que sabemos, mais atenção que alguns apelos ao senso comum<sup>2</sup>. Curiosa omissão, face às monstruosas desproporções geradas pela política econômica que nos rege, assim como aos que se analisam conosco. Ao parecer, ter de alterar os honorários até doze vezes por ano não induz à procura de maiores precisões teóricas ou clínicas. Todavia, se não é certeza que a inflação

---

<sup>1</sup> De lá (1988) para cá (1991), a própria nota com a efigie do Machado sumiu da praça: dinheiro é tempo!

<sup>2</sup> Liberman, Freschtut, Sor. Artigo apresentado no “III Congreso Psicoanalítico Latinoamericano”, no Chile, em 1960 e publicado na *Revista de Psicoanálisis* da APA, Bs As, número extraordinario, vol. 18, 1961. Mais recentemente, Pierre Martin, em *Argent et Psychanalyse*, Paris: Navarin, 1984, nem apenas menciona o fenômeno inflacionário.

introduza um novo problema teórico (conquanto não resta dúvida que cria inúmeras dificuldades clínicas), é seguro que levanta questões que não se resolvem apelando apenas à série de equivalências em que Freud deixara a função do dinheiro há mais de setenta anos.

Um caminho para abordar o problema clínico representado pela inflação monetária consiste em definir a neurose como uma relação de produção, e a psicanálise como a economia política que interfere nesta produção; mais precisamente, na relação que liga o paciente ao analista.

Tomar a neurose como uma relação de produção, nada mais é do que estender o uso que Freud fez do conceito de trabalho. Com efeito, ele concebe o sintoma neurótico como um gasto exorbitante dentro da economia psíquica do indivíduo. O sintoma faz do neurótico um trabalhador destinado a produzir, dentro do regime da sua fantasia fundamental, o que for necessário para a satisfação do seu patrão imaginário (o Outro). Caso existisse, o produto do sintoma seria para ele um mais-gozar extorquido ao sujeito<sup>3</sup>. Como não existe, a produção do neurótico não passa de uma perda que se acumula às suas custas.

A título de ilustração: vomita-se, eis a bulimia. Reviravolta de uma fantasia que manda incorporar, comer sempre. Esta inversão, de primeiro encher o corpo para esvaziá-lo depois, responde à dupla função do sintoma: ao mesmo tempo, defesa contra um gozo vampírico e sua realização. Consome-se o corpo como fora pedido. Entenda-se, o corpo do "Outro" é o do próprio paciente, vampiro de si mesmo. A medida do trabalho sintomático exigido depende da fantasia. Ela estabelece o tanto que do corpo deverá ser repassado ao cobrador fantástico. O saldo deste labor é o saber inconsciente sobre dita fantasia. E o resto, o objeto, representante do gozo a mais que o "Outro" retiraria do sujeito: o vômito. Embora o mais-gozar gerado pelo sintoma se acumule como perda, como gasto, o sujeito

---

<sup>3</sup> “A mais” em relação ao limite em que o Princípio do Prazer deixa o gozo após o Complexo de Édipo.

vive o que perde como um ganho narcisista. Ainda, e precisamente, quando sofre por isso. É a neurose.

No dispositivo analítico, trata-se, em definitiva, de pôr a trabalhar o sintoma no interior de uma relação libidinal, a transferência. Esta tarefa, denominada por Freud *Verarbeitung*, elaboração psíquica, destina-se a modificar a economia libidinal do sintoma, mudando a relação do neurótico com sua fantasia. Trabalho que, como se sabe, está pautado por um valor em dinheiro. Resta perguntar que relação há, se alguma, entre o labor do sintoma na análise (neurose de transferência) e o tanto que o paciente despende para realizá-lo.

Temos o hábito de pensar *o dinheiro como contável*. O Tio Patinhas se satisfaz contando, uma por uma, todas as moedas iguais que possui aos montes. Esta é a sua fortuna, devida, segundo diz, ao Primeiro Centavo, que guarda intocável numa cúpula de cristal. O um primevo, o primeiro elemento destacado da série que origina. E concebemos *o capital como um todo invariável*, como um conjunto constituído de múltiplos sub-conjuntos. Ao mesmo tempo, metonímia do um elementar e síntese das unidades somadas numa totalidade. Invariável, na medida em que cada produto adquirido poderia ser idealmente estocado, e o dinheiro utilizado na transação recuperado na seguinte volta do mercado. Com efeito, a moeda não se consome, apenas se desloca de um sub-conjunto para outro dentro do capital total, sem perda. Como se fosse um baralho: distribuem-se as cartas e, após cada rodada, elas voltam ao baralho, sem resto.

A inflação arruina esta figura ao separar a moeda do seu valor. O tio milionário deverá escolher. Limitando-se a nadar cada manhã no seu mar de moedas, após um curto tempo, em termos de valor, estará seco. Se pretende compensar a desvalorização do seu capital como um todo, precisará acumular um oceano de moedas que cofre nenhum poderá segurar.

Com a inflação, o capital torna-se uma totalidade relativa a uma função temporal: o índice de desvalorização do dinheiro. O um do valor deverá ser constantemente restaurado pelo um da moeda, num movimento sem fim. Operação que consiste na tarefa de compensar a diferença entre o custo do dinheiro que tende a infinito e o poder de compra que tende a zero. Trabalho para reverter a alquimia que transforma o luxo em lixo. A inflação, então, faz trabalhar, como o sintoma.

A defasagem entre preços e salários que origina o trabalho a mais, necessário para manter o poder de compra, não é uma fantasia. Todavia, esta defasagem é muitas vezes tomada pela fantasia do analisante com total descaso por parte do seu analista, e isto sim é um sintoma. Não por acaso a inflação não encontra ubicação no discurso psicanalítico. Os analistas tratam o dinheiro exclusivamente no campo da significação, por isso precisam levar em consideração seu valor nominal apenas. No "modelo baralho" a inflação permanece fora do jogo. Podemos tomar a inflação como uma negatividade operatória que nos permite relacionar o dinheiro não mais com seu referente natural, o útil, mas com o mais inútil dos objetos, o da pulsão —que está fora do saber embora promova sua metonímia.

Que o capital seja o campo no qual o paciente se relaciona de maneira global com a sua demanda não quer dizer, muito pelo contrário, que o analista deva reduzi-lo a esta. *O pagamento da análise não é troca, escambo ou remuneração por um serviço.* Nada compra o paciente, nem mesmo sua saúde. Muito menos, o saber sobre a sua fantasia. Comprar refere-se sempre a um bem, ao útil, enfim, a uma significação. Pagar por ela pressupõe a ilusão de se ter ali um gozo realizado. Miragem que não vai muito além do gesto da aquisição: não sei se vou às compras porque estou angustiado ou me angustio porque gasto demais.

O gozo tem mais a ver com o inútil, o desperdício. Melhor ilustrado pelas toneladas de lixo que subiam e desciam embarcadas o rio Potomac, depois de uma greve dos lixeiros, do que pelos milhares de produtos novaiorquinos que foram necessários para produzi-las. Não deixa de ser interessante o fim destes detritos, vendidos como adubo para uma ilha particular: foram retirados como testemunhas do gozo; recolocados no circuito dos bens. Enquanto restos do gozo realizado, contaminam o meio ambiente, são poluição, entropia urbana. Confinar o pagamento das sessões na dimensão da significação, da demanda, nos parece semelhante: revela a intenção de reaver os restos perdidos após cada operação do saber.

Com Lacan, o dinheiro já pôde ser abordado fora da ordem dos bens, como um puro significante (cf. o seminário sobre a Carta Roubada). Significante que arrasa com a significação por não ter sentido (*non sens*). Contudo, embora sem sentido, faz parte da significação, não se encontra fora da sua ordem, como o objeto. A inflação que afeta o dinheiro nos parece um lugar privilegiado para referir este último, além da significação, à perda constante que caracteriza a entropia do simbólico. Momento de nos perguntarmos pela função do dinheiro fora do sentido (*horsens*).

E se tratarmos o capital como Freud a libido, como grandeza continua divisível? Não estaríamos abrindo espaço para um outro cálculo que não o do mercado? Digo "cálculo" no sentido em que diríamos que um lapso resulta de uma operação lógica (os "pensamentos inconscientes", de Freud). Semelhante abordagem, que não exclui a clássica, tem a vantagem de situar o dinheiro a partir das condições mesmas que fazem possível a interpretação. Isto é, a partir da relação proporcional em que o analista encontra-se tomado e que determina a posição desde a qual poderá intervir. Desde esta perspectiva, o dinheiro deixa de ser contável e se torna calculável. Nosso interesse volta-se menos para o valor nominal cobrado do que para as relações que este valor põe em jogo no interior de transferência.

Digamos, salientando seu sentido próprio, que se trata do *status* (posição) do analista na transferência.

Difícilmente será possível determinar este *status* antes de iniciada a tarefa engatilhada no pedido de consulta. Aceito, por exemplo, cobrar menos do que costumo a uma paciente cujo salário, segundo diz, "não dá para mais". Durante um certo tempo as sessões sucedem-se sem maiores novidades. Até que, por ocasião do primeiro reajuste inflacionário, esta mulher se mostra enfurecida comigo. Para que aumentava o preço das suas sessões, reclama, se o que ela me paga não faz a menor diferença para mim? Em outras palavras, "por que deveria pagar-te se meu gozo é teu desejo?" A cada efetuação de um pagamento estabelecem-se duas razões: entre quem paga e o capital e entre este último e quem recebe. Comparando ambas razões temos uma proporção relativa ao capital como uno. Era relativamente a este uno que o pagamento da analisanda não fazia diferença. Este era, pois, o estado das coisas: meus honorários abatidos a confirmaram como falo imaginário. O que fazer? Aumentar os honorários ainda um pouco acima da inflação. Isto é, o suficiente para que aquilo que ela passaria a pagar fizesse diferença, do meu lado, aos seus olhos. Mas, como poderia eu tê-lo sabido antes de aceitar o valor que ela me propunha no início? Resultou que, apesar do que me tinha dito, o tal salário "dava para mais". Do que se segue que não basta o paciente entregar dinheiro ao analista para se poder afirmar que paga pela sua análise. Ainda é preciso que o analista o cobre a partir do lugar em que se recusa a pagar: seu narcisismo.

São Paulo. 1988.